

Aos dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas, realizou-se uma reunião com todos os representantes eleitos e designados do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo, com exceção dos conselheiros, Maria José Guerreiro; Emanuel Silva; Margarida Santos; Sandra César; Nuno Pinto; Filipa Nascimento; Vítor Coelho e Hélder Freire, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Tomada de posse / apresentação da Conselheira eleita, representante da associação de pais e encarregados de educação;-----

Ponto dois – Leitura, análise e aprovação do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo;-----

Ponto três – Leitura, análise e aprovação do Plano Anual de Atividades do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo;-----

Ponto quatro – Informações.-----

DESENVOLVIMENTO:

Foi aprovada, por unanimidade, a ata da reunião do dia 20 de julho de 2023. -----

Antes de dar início à ordem de trabalhos, a presidente do Conselho Geral (CG) referiu que enviou atempadamente os documentos a analisar na reunião, incluindo o da “Estatística 2022-23”, como havia ficado combinado na reunião de 20 de julho de 2023. O documento foi considerado muito completo e não houve outras considerações, sobre este tema. -----

No ponto um da ordem de trabalhos, a presidente deste conselho deu posse à conselheira Graça Simões, em substituição da conselheira Dora Inácio, representante dos Encarregados de Educação, pelo facto de a educanda desta última ter terminado seu percurso educativo no nosso Agrupamento. Ficou assim legalmente constituído o Conselho Geral.-----

No ponto dois da ordem de trabalhos, “Leitura, análise e aprovação do Projeto Educativo (PE) do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo”, a presidente referiu que um Projeto Educativo é, segundo a lei e outros estudos desenvolvidos sobre a temática, “... um documento de planeamento institucional e estratégico da escola, onde se abordam de forma clara, entre outros, a missão, a visão e os objetivos gerais da escola que orientam a ação educativa no âmbito da sua autonomia.”. Tal como referenciado no documento no ponto 11, “Este documento foi elaborado na sequência de um novo ciclo que se iniciou com a tomada de posse do diretor e o início do ano letivo de 2022/2023. Partiu-se, pois, do Projeto de Intervenção do professor Fernando Santos, apresentado em Conselho Geral, mas também da avaliação do Projeto Educativo cessante. Houve ainda uma consulta alargada à comunidade relativamente à Missão, à Visão, aos

Valores, aos perfis do Aluno e do Educador sob a forma de inquéritos. Os professores foram auscultados, em reuniões de disciplina, sobre os objetivos gerais, a operacionalização de objetivos, medidas/atividades, metas e indicadores de avaliação.” -----

Seguidamente, foi feita a análise Projeto Educativo do Agrupamento de escolas de São Gonçalo 2022 – 2026 (anexo I), o qual foi enviado por correio eletrónico, pela presidente deste conselho, a todos os conselheiros.

Foram feitas as seguintes propostas de alteração:-----

- Página 7, último parágrafo, o número do pessoal não docente deve ser 184 e não 182, incluir mais dois técnicos superiores. -----
- Página 13, 3.2, retirar “pontos fracos” e a frase “- Aumento das ocorrências disciplinares.”, deverá ser substituída por “Implementação de um plano para mitigar o aumento das ocorrências disciplinares.” -----
- Página 16, meta relativa à medida 1.F , onde se lê “- Realizar anualmente uma assembleia de Delegados e Subdelegados.”, deverá ler-se “- Realizar semestralmente uma assembleia de Delegados e Subdelegados.” -----
- Página 17, ao longo das metas do objetivo 2, explicitar o significado das siglas usadas. -----
- Página 21, 8.C, a percentagem, 95%, deve estar na meta e não no indicador. -----
- Página 22, 10.A., eliminar dos indicadores, “- N.º de instituições parceiras - Grau de satisfação dos formandos.” -----

Após as alterações referidas, o referido projeto, foi aprovado por unanimidade. (A conselheira Érica Seiça já se havia ausentado da reunião, pelas 19:04.) -----

A presidente, professora Amélia Lourenço, chamou a atenção para o ponto referente à monitorização e autoavaliação, pois o acompanhamento e avaliação da execução do projeto educativo é da competência do Conselho Geral, conforme lei em vigor e assim sendo propõe que, a comissão permanente deste conselho faça um acompanhamento da avaliação do referido projeto e que seja solicitada a colaboração do conselho pedagógico. Todos os conselheiros manifestaram a sua concordância. -----

No ponto três, leitura, análise e aprovação do Plano Anual de Atividades (PAA) do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo, a presidente fez o enquadramento legal do PAA referindo que tendo por base o estipulado na alínea b) do artigo 33º, do Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, que republica o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, o Conselho Pedagógico(CP) deve “apresentar propostas para a elaboração do plano anual de atividades e emitir parecer sobre os respetivos projetos”, a enviar ao Conselho Geral(CG) para que se proceda à sua aprovação, nos termos da alínea e) do artigo 13º do Decreto-Lei atrás referido.---

Seguidamente, foi feita a análise do PAA do Agrupamento de escolas de São Gonçalo 2023 – 2024 (anexo II), o qual foi enviado por correio eletrónico, pela presidente deste conselho, a todos os conselheiros. Após análise do referido documento, o CG considerou que: -----

- Existe uma grande discrepância do número de visitas de estudo entre anos de escolaridade, nomeadamente no 6º ano da EB de São Gonçalo. -----
- Existem atividades que não apresentam data de realização, facto que é compreensível, mas solicita-se a apresentação das mesmas junto do Conselho Pedagógico (CP), logo que possível. -----
- Tendo em conta que o PAA é um documento dinâmico, em permanente atualização, o CG permite que a aprovação de outras atividades que possam surgir, fiquem a cargo/responsabilidade do CP ou do Diretor, de forma a que o tempo necessário à sua aprovação não inviabilize a sua eventual concretização. Contudo o CG solicita/exige que a aprovação dessas mesmas atividades seja apresentada em sede de reunião deste mesmo órgão de gestão estratégica. -----
- O CG pede a reflexão do CP, na elaboração do documento do PAA a apresentar ao CG futuramente, tendo em conta que deverá definir os critérios para elaboração do PAA, por exemplo ao nível do tipo e número de atividades a desenvolver por ano de escolaridade, assim como dos custos associados. É ainda importante ter em atenção que o número de atividades que impeçam os alunos de ter as aulas das outras disciplinas deve ser o menor possível, com especial relevo no 9º ano, devido à realização das provas finais e necessidade imperiosa do cumprimento dos programas. Esses critérios deverão ser divulgados atempadamente junto dos proponentes das atividades, para que sejam tidos em conta na elaboração das propostas. -----
- Dado que a coluna relativa a “Custo/orçamento previsto” não pode ser preenchida com rigor com tanta antecedência, podendo levar a mal-entendidos na sua consulta, é preferível a retirada desta coluna. -----
- Criar um utilizador “Associação de Pais”, para poder figurar como dinamizador das “Tasquinhas de São Gonçalo”, ou de outras iniciativas futuras. -----
- Na atividade “Cabazes de Natal”, incluir o pré-escolar e o 1º ciclo. -----

Após todas as considerações apresentadas anteriormente, o CG deu parecer positivo à realização das atividades propostas até à data da presente reunião. -----

A presidente deste Conselho, comprometeu-se a enviar a todos os conselheiros que compõem o CP, a ata com as considerações registadas. -----

No ponto quatro, informações, o senhor diretor disponibilizou as informações que considerou pertinentes para esta reunião, as quais foram enviadas por e-mail a todos os conselheiros, pela presidente deste conselho, a saber: -----

- Alunos e turmas: Crianças do Pré-Escolar – 527 (25 grupos); alunos do 1.º ciclo – 1406 (69 turmas); alunos de 2.º e 3.º ciclo – 1345 (EB Freiria – 511 – 25 turmas; EB São Gonçalo – 834 – 35 turmas). ---
- Total de crianças e alunos – 3278. -----
- Outros dados: alunos Estrangeiros – 509; alunos de Português Língua Não Materna – 69; alunos com Necessidades Educativas Especiais – 230; ação Social Escolar: 863 Alunos – Escalão A: 370 e Escalão B: 493. -----
- Recursos humanos: Professores/Educadores – 286; Psicólogas – 2; Assistentes Técnicos – 11; Assistentes Operacionais – 180. -----
- Foi disponibilizada uma grelha (anexo III), com informações referentes à distribuição dos assistentes operacionais por escola/jardim, tendo por base o rácio do Ministério da Educação, dos Serviços de Apoio à família e do Município de Torres Vedras. -----

A presidente do CG, perguntou aos conselheiros presentes se tinham alguma questão a colocar, ou alguma informação pertinente para partilhar na reunião. -----

O presidente da Associação de Pais, partilhou com os conselheiros a sua preocupação com o número crescente, quase diário, de queixas relativamente à falta de assistentes operacionais (AO), essencialmente na EB de Torres Vedras. Muitos pais manifestam a sua preocupação com a falta de segurança das crianças.

O conselheiro Miguel Neto, representante da autarquia, deu diversas informações respeitantes a este assunto, que aqui se enumeram: -----

No final do ano letivo passado, as AO que estavam colocadas cobriam todas as necessidades e até estavam mesmo em número superior ao que estava previsto no atual ano letivo. No entanto, verificou-se um inesperado aumento do número de turmas no concelho, tendo a bolsa de AO existente sido insuficiente para as necessidades. Também se encontram muitas pessoas de baixa médica e outras optaram por sair dos serviços. Salientou, ainda, que a autarquia coloca muitos mais AO nas escolas do que o número que seria atribuído pelo Ministério da Educação, como consta na grelha apresentada pelo senhor diretor. Uma vez que os concursos públicos demoram muito tempo a estar concluídos e a autarquia é sensível às dificuldades nas escolas, a solução encontrada a curto prazo, passa pela colocação de dez AO sem vínculo, a recibos verdes, que deverão entrar em funções na próxima segunda-feira. -----

Criticou, ainda, o alarmismo, nomeadamente aquele que aconteceu devido às declarações de duas encarregadas de educação numa sessão de câmara pública, com repercussões no jornal “Badaladas”. Considera que a gestão das AO é muito difícil de fazer e que sempre haverá falhas, devido à imprevisibilidade dos acontecimentos do dia-a-dia. Considera que terá que haver mais solidariedade entre os coordenadores, os docentes e não docentes de modo a ir mitigando as dificuldades que se apresentam.

Perante estas considerações, a conselheira Ana Santos, Educadora no Jardim de Infância do Varatojo, declarou que essa solidariedade existe, mas que as situações não podem perpetuar-se. Referiu o facto de uma criança, naquele estabelecimento de ensino, com paralisia cerebral se encontrar sem a necessária AO há três semanas, sendo que têm sido os docentes a ficar sem a sua hora de almoço para dar o apoio necessário. Pronunciou-se ainda relativamente à necessidade de as AO fazerem ainda a limpeza, quando já estão assoberbadas com o acompanhamento dos alunos. -----

Relativamente a estes factos o conselheiro Miguel Neto, referiu que tem que ser feita a gestão, deslocando AO das escolas onde há menos necessidade, para estas situações. -----

Questionado pelo conselheiro António Baeta, o senhor diretor afirmou que muito daquilo que se diz, nomeadamente o que foi afirmado na sessão de câmara não corresponde à realidade. Lamentou ainda a falta de lealdade institucional, uma vez que considerou que as considerações da senhora presidente de câmara, na resposta às encarregadas de educação, foram infelizes. Disse ainda que já conversaram sobre o assunto. Considera ainda que as mais sacrificadas com este tipo de situações têm sido as coordenadoras de estabelecimento, pois são elas dão a cara todos os dias perante os encarregados de educação. -----

Afirmou que os casos mais complicados têm sido na EB de Torres Vedras e na EB de Santa Cruz. No entanto, voltou a afirmar que muito do que se diz não corresponde à verdade, exemplificando que em Santa Cruz, um acidente foi associado à falta de AO, o que não foi o caso, ou dizerem que na EB de Torres Vedras só havia duas AO para duzentos e cinquenta alunos. -----

O conselheiro António Baeta referiu que os professores têm sido parte da solução, têm sido solidários, fazendo por vezes parte dos serviços que competem aos AO, no 1º ciclo e no pré-escolar, para permitir que tudo se mantenha a funcionar. Deu como sugestão, para mitigar a falta de AO, a possibilidade de ter alunos estagiários dos cursos profissionais existentes no concelho relativos a esta profissão. -----

Ficou agendada reunião deste conselho, para o dia 7 de dezembro de 2023. -----

E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata. -----

A Secretária

A Presidente do Conselho Geral

(Maria do Rosário Subtil)

(Amélia Lourenço)